SEFIC2015 UNILASALLE
Canoas, RS – 20 a 22 de outubro de 2015
ISSN 1983-6783
I Consórcio Doutoral

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRABALHO: UM OLHAR SOBRE AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS A PARTIR DA INTERFACE CRIADA PELA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Saulo Padoin Chielle, Maria de Lourdes Borges (orient)
UNILASALLE - CANOAS

1. Introdução

O tema ora apresentado traduz a necessidade de evolução do processo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Os altos custos de coleta e disposição, os impactos ambientais do aterramento de resíduos sólidos urbanos, a monopolização por grandes conglomerados empresariais de coleta e a necessidade de integração das cooperativas de catadores de materiais recicláveis faz com que hoje o assunto "Resíduos Sólidos Urbanos" entre em pauta a todo instante da agenda das municipalidades.

A evolução de uma cultura do trabalho baseada em economia solidária e a necessidade de profissionalização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis se faz necessário para a garantia dos contratantes e da prestação com qualidade dos serviços contratados necessitando assim um debate sobre a visão por parte das mesmas quanto a cultura e profissionalização das operações para o atendimento as normas e legislações no que se refere ao trabalho realizado dentro dos centros de triagem de resíduos sólidos.

Dessa maneira, o objetivo desta proposta de tese é desenvolver um método participativo de avaliação da qualidade podendo ser uma ferramenta estratégica para o aumento da credibilidade dos serviços hoje prestados pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis fortalecendo essa rede de economia solidária.

A partir dessa temática, apresenta-se como problema dessa proposta de tese o seguinte questionamento: Como qualificar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a prática e cultura do trabalho baseado na economia solidária e ao mesmo tempo o atendimento dos critérios técnicos necessários para as etapas referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2. Marco Teórico

A gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil possui uma grande complexidade devido as diversas interfaces que a mesma possui. A Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos no inciso XI no artigo 3º já trata dessa complexidade na própria definição de Gestão de Resíduos Sólidos intitulada como Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a qual se refere como:

> Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política,

> econômica, ambiental cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A dimensão técnica não fica explícita no conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, mas fica subentendido no conceito de gerenciamento de resíduos sólidos previsto no inciso X do artigo 3º da Lei 12.305/2010:

> Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta lei.

No contexto da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no Brasil temos a participação dos catadores de materiais recicláveis como agentes do processo. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada – IPEA (2013) os catadores integram o cenário urbano no Brasil há muito anos, sendo seus primeiros registros apontados no século XIX. A partir da década de 80 por meio dos debates contemporâneos sobre aspectos de sustentabilidade (sociedade, economia e meio ambiente) é que a inclusão dos catadores nos processos que envolvem a coleta seletiva de resíduos sólidos começa a se fazer presente.

Uma cultura do trabalho baseada em empreendimentos coletivos, como as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com dimensão na proposta de economia solidária se apresenta como uma nova forma de organização, onde o trabalhador associado, em tese, é proprietário e, como tal, deve gerir seu empreendimento. (LIMA, 2010).

Cabe salientar que a economia solidária conforme Gaiger (2012) se apresenta como práticas referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, sendo um movimento social comprometido com a transformação social.

Nessa perspectiva a partir do ano 2000 os catadores de materiais recicláveis começam a se organizar a nível nacional, e passam a fazer parte do cenário de debates e criação de legislações que favoreçam a atividade de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Esse espaço se deve a criação do Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Cabe o destaque, a inclusão da atividade dos catadores de materiais recicláveis na Lei Federal 12.305/2010, onde o apoio a atividade é inserida nos objetivos da lei, instrumentos, bem como nos planos a serem elaborados.

Assim sendo, a atividade dos catadores de materiais recicláveis passa de uma atividade que antes era marginalizada pela sociedade e passa agora a ser parte integrante dos planos, programas, projetos e ações vinculadas a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

Ao mesmo tempo de acordo com a Norma Regulamentadora nº 15 do ministério do trabalho essa atividade deve ser considerada como insalubre no grau máximo. (IPEA, 2012)

Apresentam-se como questões que acompanham essa pesquisa: O quanto hoje as cooperativas de catadores de materiais recicláveis estão preparadas para desenvolver as atividades técnicas que necessitam ser atendidas para poderem dar garantias de contratação por municípios para a execução das operações de coleta, triagem e destinação dos resíduos sólidos? Como as cooperativas de catadores estão compartilhando e aplicando saberes para a melhoria das atividades por elas desenvolvidas? Haveria a possibilidade de desenvolvimento de uma forma de certificação de qualidade participativa para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?

Atualmente o processo de certificação participativa é um termo utilizado na agricultura orgânica regulamentada pelo decreto federal 6.323/2007. O Decreto regulamenta a criação de sistemas participativos de garantia de qualidade orgânica.

Segundo Santos (2004) a certificação participativa atua como um processo educativo/pedagógico, pois o mesmo é realizado por pessoas ou organizações próximas à realidade local e que podem contribuir nas mudanças necessárias.

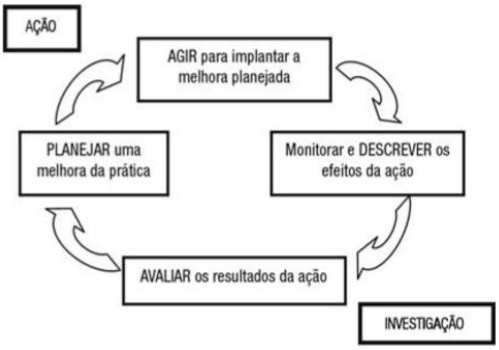
De acordo com Tygel (2011), o processo de certificação participativa se opõe a certificação por auditoria ou feita por terceiros, que por muitas vezes tem por trás interesses comerciais de garantir selos verdes sem o comprometimento de desenvolver e multiplicar iniciativas para o trabalho associativo de qualidade.

3. Metodologia

A metodologia de pesquisa a ser adotada será baseada em pesquisa-ação. De acordo com Tripp (2005) a pesquisa-ação é uma das muitas diferentes formas de investigação-ação que tem por definição toda a tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.

No diagrama 1 é possível visualizar as quatro fases do ciclo básico de investigação-ação sugerida para a realização desse trabalho.

Diagrama 1 – Representação das quatro fases do ciclo básico de investigação-ação



Fonte: Tripp (2005)

Observando-se a necessidade das cooperativas se qualificarem para atenderem as prerrogativas de Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao mesmo tempo agentes de transformação social geradoras de economia solidária o método de pesquisa consistirá no

levantamento de informações junto aos gestores de cooperativas na região metropolitana que já estão em processo ou integradas em uma forma de movimento ou rede. Na sequência será desenvolvido um método baseado no modelo de certificação participativa desenvolvida para acreditação de processos de produção agroecológicos. Em reuniões com representantes das cooperativas serão avaliadas e validadas as etapas do modelo a ser aplicado. Após, será aplicado o modelo definido, e na sequência avaliado seus resultados.

Referências

BRASIL. Decreto Federal 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em 05 junho 2015.

BRASIL. Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 01 junho 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **BIB**. São Paulo, nº 73, p. 5-20, set. 2012.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicados do Ipea:** Plano Nacional de Resíduos: diagnóstico dos resíduos urbanos agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Brasília, nº 145, 2012. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf>. Acesso em: 29 maio 2015.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 29 maio 2015.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 158-198, set./dez. 2010.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do MNCR**. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/sua-historia>. Acesso em: 29 maio 2015.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos (Coord.). **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v 31, nº 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TYGEL, Daniel (Coord.). **Fluxos e informações na economia solidária:** comercialização e certificação participativa. Rio de Janeiro: Ibase, 2011, 30 p.